



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

APROVADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Armindo Moreira Palma Jacinto
(Bacharel em Eng. Produção Agrícola)

CONSULTA PRÉVIA

(termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Caderno de Encargos para a aquisição de serviços:

Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico

Este volume é composto por **13 folhas** devidamente numeradas



ÍNDICE

Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Contrato	3
Cláusula 3. ^a Especificações Técnicas para a aquisição de serviços	4
ENQUADRAMENTO:	4
1. LOCAL / OBJECTO:	4
2. QUANTIDADES:	4
A. OBJETO:	4
B. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS FORNECEDOR DOS BENS ASSOCIADOS:	4
C. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO FORNECIMENTO DOS BENS ASSOCIADOS:	5
D. TIPOLOGIA DE CADA UMA DAS EQUIPAS:	6
E. ÁREA DE INTERVENÇÃO:	6
F. REQUISITOS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DOS BENS INTRÍNSECOS:	6
G. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS HERBICIDAS A UTILIZAR:	6
PRODUTO 1	6
PRODUTO 2	7
H. CONCENTRAÇÃO DOS HERBICIDAS	7
3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:	8
4. PAGAMENTO:	8
5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:	8
6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:	8
7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:	8
8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL	9
9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS9	
Cláusula 4. ^a Objecto do dever de sigilo	9
Cláusula 5. ^a Preço contratual	10
Cláusula 6. ^a Aquisição de serviços	10
Cláusula 7. ^a Resolução / Não cumprimento do contrato	11
Cláusula 8. ^a Resolução de litígios – Foro competente	11
Cláusula 9. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação	11
Cláusula 10. ^a Notificações e Comunicações	11
Cláusula 11. ^a Contagem dos prazos	12
Cláusula 12. ^a Legislação aplicável	12
Cláusula 13. ^a Proteção de dados e princípio da transparência	12
Cláusula 14. ^a Revisão de Preços	13
Cláusula 15. ^a Modificação objetiva do contrato	13



Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a CONSULTA PRÉVIA para a **Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico.**
2. O objeto do presente concurso é caracterizado pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) - **77231200-0 (Serviços de controlo de pragas florestais);**

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - I. Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - II. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - III. O presente Caderno de Encargos;
 - IV. A proposta adjudicada;
 - V. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, **dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de ajuste direto ou CONSULTA PRÉVIA.**
5. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração,** e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.



6. O contrato termina, quando executados todos os serviços objeto do presente contrato e aquisição de bens que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua execução.
7. O prazo de execução / entrega, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos.

Cláusula 3.ª | Especificações Técnicas para a aquisição de serviços

O prestador de serviços, obriga-se a prestar o objeto da presente **CONSULTA PRÉVIA** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

ENQUADRAMENTO:

É necessário proceder à contratação de uma prestação de serviços de modo a segurar o controlo de infestantes nos arruamentos, espaços verdes e espaços públicos do concelho de Idanha-a-Nova.

1. LOCAL / OBJECTO:

O presente procedimento diz respeito à **Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico**, e será executado o objeto do presente contrato **no Concelho de Idanha-a-Nova**.

2. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela **Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico**, na modalidade de **CONCURSO VALOR GLOBAL**, o qual descreve sucintamente a necessidade da presente aquisição, nos seguintes termos e condições:

A. OBJETO:

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços de controlo de infestantes, através de herbicidas, nos arruamentos (passeios, vias rodoviárias ou de circulação pedonal), espaços verdes e espaços públicos.

B. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS | FORNECEDOR DOS BENS ASSOCIADOS:

- I. As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexa;
- II. O adjudicatário deve estar licenciado ao abrigo da Lei 26/2013 da Direção de Geral de



- Alimentação e Veterinária, a exercer as atividades de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação;
- III. O adjudicatário terá de garantir a disponibilização mínima de 1 Equipa autónoma composta por 3 elementos. Para o efeito deverão os mesmos estar devidamente acreditados para boa execução dos trabalhos objeto deste procedimento;
- IV. O adjudicatário é responsável pela disponibilização de equipamentos e respetivos consumíveis, combustíveis e mobilização de viatura com equipamento pulverizador urbano, para aplicação de herbicidas autorizados pela DGAV, a colocar em zonas não cultivadas e vias de circulação rodoviária ou de acesso pedonal.

C. FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO | FORNECIMENTO DOS BENS ASSOCIADOS:

- I. A prestação do serviço e o fornecimento dos bens associados, deverá ocorrer em horário compatível com o horário de funcionamento dos serviços, preferencialmente compreendido entre as 8h00 e as 16h30 em dias uteis, aos fins-de-semana e feriados, podendo ser ajustados outros horários sempre que necessário com prévia autorização ou solicitação da Entidade Adjudicante;
- II. O adjudicatário é responsável pela cedência de todos os meios de deslocação e transporte de materiais e equipamentos necessários a uma prestação eficaz do serviço e resolução das anomalias identificadas;
- III. A execução dos trabalhos será acompanhada por um trabalhador do serviço da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, indicado para o efeito, que fará o controlo das operações realizadas, número de horas, assim como verificará a qualidade do serviço prestado, bem como, do fornecimento de todos os bens que lhe estão associados;
- IV. As intervenções deverão ser iniciadas no prazo máximo de 72 horas após solicitação (requisição) efetuada via correio eletrónico, devendo o representante do prestador de serviços | Fornecedor dos bens que lhe estão associados, articular com o técnico do Município o início dos trabalhos;
- V. No prazo máximo de 48 horas antes da data prevista para o início de cada intervenção, terão de ser afixados avisos em locais com boa visibilidade, contendo a seguinte informação:
- Identificação da empresa;
 - Número da licença emitida pela DGAV para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos;
 - Nome do produto a aplicar e respetiva autorização de venda emitida pela DGAV;
 - Período de aplicação (data e horário de aplicação);



e) Outras informações.

D. TIPOLOGIA DE CADA UMA DAS EQUIPAS:

- I. 2 (Dois) Trabalhadores qualificados para aplicação do herbicida;
- II. 1 (Um) Trabalhador para condução da viatura;
- III. 1 (Uma) Viatura munida com pulverizador adequado à aplicação de herbicidas em meio urbano com capacidade entre 300 a 1200 Litros;
- IV. Kit de derrames;
- V. Equipamento de proteção individual, óculos de proteção, luvas adequadas às funções;
- VI. Herbicidas;
- VII. Água.

E. ÁREA DE INTERVENÇÃO:

Os serviços a prestar e os bens a fornecer que lhe estão associados, serão realizados em toda a área do Concelho de Idanha-a-Nova.

F. REQUISITOS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO ACOMPANHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | FORNECIMENTO DOS BENS INTRÍNSECOS:

A unidade gestora do presente processo é o Unidade de Competências Flexível de Obras, Ambiente e Serviços Urbanos, à qual o adjudicatário deverá entregar obrigatoriamente, na reunião de preparação de trabalhos que ocorrerá antes de se iniciar a prestação dos serviços | fornecimentos dos bens que lhe estão associados, a seguinte documentação:

- I. Fichas Técnicas dos Produtos a aplicar;
- II. Fichas de segurança dos produtos a aplicar;
- III. Listagens dos trabalhadores afetos às atividades profissionais a executar;
- IV. Cópia dos cartões de aplicadores do técnico e do pessoal envolvido na prestação de serviços (caso haja alteração desde o momento da apresentação da proposta até ao início dos trabalhos).

G. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS HERBICIDAS A UTILIZAR:

PRODUTO 1

- I. Composição produto 1: 500g/ L de ácido pelargónico;
- II. Características do produto 1: herbicida de bio controlo não seletivo que age estritamente por contacto. Provoca alterações na permeabilidade da membrana celular da epiderme das plantas,



Município de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030

Divisão Financeira e Patrimonial
Aprovisionamento

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - **PROCESSO DFP-APR PCS116-2024**

causando assim a desidratação completa das infestantes em poucas horas. É um produto de origem natural obtido a partir de plantas. É biodegradável em menos de 2 dias não deixando resíduos no solo. A sua ação de contacto é rápida com resultados visíveis em apenas 3 horas.;

- III. Formulação: Concentrado de emulsão (EC);
- IV. Utilizações: Zonas não cultivadas, vias de comunicação (áreas industriais, arruamentos, caminhos, bermas de estradas), campos de aviação, campos de jogos e cemitérios.

Qualquer dos produtos a ser utilizado tem de estar autorizado pela DGAV no âmbito da aplicação em espaço urbano, nomeadamente em passeios, caminhos, estrada, cemitérios, etc...

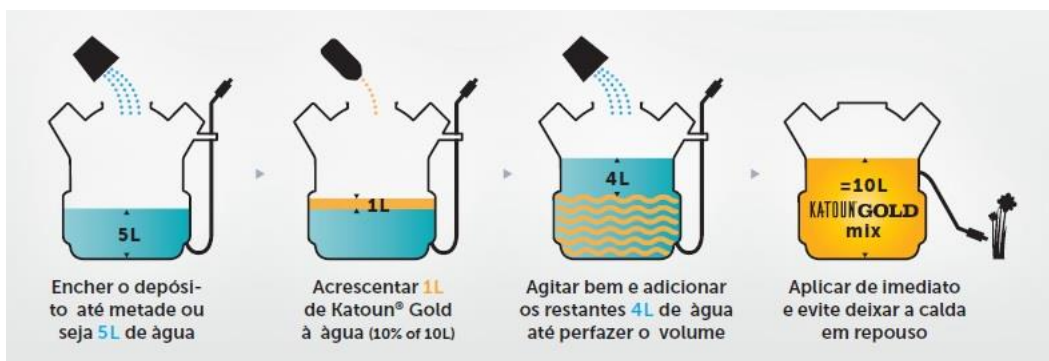
PRODUTO 2

- I. Composição produto 2: 25% de flazassulfurão;
- II. Características do produto 2: herbicida "com dupla ação" de pré e pós-emergência das infestantes. É um herbicida que tem também ação sistémica ascendente e descendente, é absorvido pelas folhas e raízes das infestantes e rapidamente translocado para os pontos de crescimento onde, por inibição dos aminoácidos essenciais lhe provoca a morte. Este produto pode controlar as infestantes por vários meses, respeitando o operador, o ambiente e o consumidor final;
- III. Formulação: Grânulos dispersíveis em água (WG);
- IV. Utilizações: Zonas não cultivadas, vias de comunicação.

Qualquer dos produtos a ser utilizado tem de estar autorizado pela DGAV no âmbito da aplicação em espaço urbano, nomeadamente em passeios, caminhos, estrada, cemitérios, etc...

H. CONCENTRAÇÃO DOS HERBICIDAS

- a) Ácido pelargónico 500 g/L (ex. tipo Katoun ou equivalente): 22,5L/há;
- b) Flazassulfurão 25% (ex. tipo Chikara ou equivalente): 200 g/há;



c) O abastecimento de água é da responsabilidade do adjudicante.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Prazo de EXECUÇÃO do Contrato – **365** (trezentos e sessenta e cinco) **dias**;

4. PAGAMENTO:

a) **O pagamento será efetuado de acordo os trabalhos | serviços realizados (Aplicação 1, Aplicação 2 e Aplicação 3);**

b) Mediante as devidas **confirmações / validações das faturas**, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, **Isabel Maria Martins dos Santos**;

c) Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, **Base.gov**, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexas.

6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:

O presente procedimento é constituído pela: **Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico**, nomeadamente:

a) Conforme, em TUDO descrito e quantificado no número seguinte.

7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1			Aquisição de serviços de controlo de infestantes com recurso à aplicação de herbicida biológico, na modalidade de CONCURSO VALOR GLOBAL, de acordo com TUDO o definido, na Clausula 3.ª, do Caderno de Encargos (Especificações Técnicas para a aquisição de serviços e o fornecimento dos



bens intrínsecos), incluindo:			
1.1	1,00	Valor Global	APLICAÇÃO 1: aplicação de herbicida biológico para o controlo de infestantes, com toda a perfeição e solidez, e em TUDO o definido no caderno de encargos, no que se refere ao Objeto; Preço Base; Obrigações principais do prestador de serviços fornecedor dos bens associados; Forma de prestação do serviço fornecedor dos bens associados; Tipologia de cada uma das equipas; Área de intervenção; Requisitos para a execução do contrato acompanhamento da prestação de serviços fornecimento dos bens intrínsecos; Especificações técnicas dos herbicidas a utilizar, bem como o demais definido no C.E.
1.2	1,00	Valor Global	APLICAÇÃO 2: aplicação de herbicida biológico para o controlo de infestantes, com toda a perfeição e solidez, e em TUDO o definido no caderno de encargos, no que se refere ao Objeto; Preço Base; Obrigações principais do prestador de serviços fornecedor dos bens associados; Forma de prestação do serviço fornecedor dos bens associados; Tipologia de cada uma das equipas; Área de intervenção; Requisitos para a execução do contrato acompanhamento da prestação de serviços fornecimento dos bens intrínsecos; Especificações técnicas dos herbicidas a utilizar, bem como o demais definido no C.E.
1.3	1,00	Valor Global	APLICAÇÃO 3: aplicação de herbicida biológico para o controlo de infestantes, com toda a perfeição e solidez, e em TUDO o definido no caderno de encargos, no que se refere ao Objeto; Preço Base; Obrigações principais do prestador de serviços fornecedor dos bens associados; Forma de prestação do serviço fornecedor dos bens associados; Tipologia de cada uma das equipas; Área de intervenção; Requisitos para a execução do contrato acompanhamento da prestação de serviços fornecimento dos bens intrínsecos; Especificações técnicas dos herbicidas a utilizar, bem como o demais definido no C.E.

8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL

Não se aplica.

9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

De acordo com o definido na presente cláusula.

Cláusula 4.^a | Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.



3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 5.ª | Preço contratual

1. Pelos serviços a adquirir, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao prestador de serviços a quantia total de **73.950,00€** (Setenta e três Mil, novecentos e cinquenta Euros), excluído o valor do IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
3. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferição pelo Serviço responsável e/ou requisitante.

Cláusula 6.ª | Aquisição de serviços

1. Em cumprimento do artigo do artigo 43.º (Estudos, pareceres, projetos e consultoria) da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2024, com as devidas adaptações, entende-se que a presente aquisição se trata de **Outros trabalhos especializados**, e a mesma não carece de PEDIDO DE PARECER PRÉVIO obrigatório e vinculativo, por não se enquadrar nos serviços previstos no n.º 3 do citado artigo;
2. Ainda assim, foi autorizado o devido **FUNDAMENTO DA NECESSIDADE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR TRATAR-SE DE SITUAÇÃO EXCECIONAL**, pelo órgão competente para a decisão de contratar, o Sr. Presidente, em **06 de novembro de 2024**, em função do valor do contrato e fundamento, para os devidos efeitos;
3. Foi também demonstrada, a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios do Município de Idanha-a-Nova, no dia **23 de setembro de 2009**.
4. Devido ao presente procedimento **PODER GERAR EVENTUALMENTE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, foi **emitida autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual em 11 de outubro de 2024**;



5. Em cumprimento do artigo 113.º do CCP - Escolha das entidades convidadas, **não existe inconveniente em convidar a apresentar proposta**, a entidade a consultar.

Cláusula 7.ª | Resolução / Não cumprimento do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

Cláusula 8.ª | Resolução de litígios – Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.ª | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 10.ª | Notificações e Comunicações

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por correio



eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.

6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 11.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

Cláusula 12.ª | Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexa.

Cláusula 13.ª | Proteção de dados e princípio da transparência

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e



aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 14.^a | Revisão de Preços

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 15.^a | Modificação objetiva do contrato

O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V - Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.